

■ A Estratégia da Comunidade Solidária ■ nos Assentamentos de Trabalhadores Rurais no Estado de Mato Grosso do Sul

(Subsídios para a IX Reunião do Conselho
do Comunidade Solidária)

Agosto de 1996

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

Comunidade Solidária

TODOS POR TODOS

**A Estratégia do Comunidade Solidária nos
Assentamentos de Trabalhadores Rurais no
Estado de Mato Grosso do Sul**

(Subsídios para a IX Reunião do Conselho
do Comunidade Solidária)

Agosto 1996

I - APRESENTAÇÃO

O presente relatório contém alguns resultados da estratégia do Comunidade Solidária nos assentamentos rurais do estado de Mato Grosso do Sul. Sua elaboração é fruto do esforço conjunto desenvolvido pelo IPEA - Coordenação Geral de Projetos Especiais, Secretaria Executiva do Comunidade Solidária, Interlocução Estadual (Superintendência de Planejamento do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul) e Empresa de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural-EMPAER-MS.

Seu principal objetivo é subsidiar o Conselho do Comunidade Solidária na discussão da sua IX Reunião, que terá como tema central "*A Reforma Agrária no Brasil*".

Nesse sentido o IPEA, cumprindo o papel de assessoria técnica atribuído ao Ministério do Planejamento e Orçamento pelo Decreto nº 1.366, de 12.01.95, coordenou, no período de 03 a 31.07, o processo de avaliação das ações do Comunidade Solidária nos assentamentos do Mato Grosso do Sul em 1995.

A preocupação central da avaliação realizada foi analisar se a estratégia empreendida pelo Comunidade Solidária no estado de Mato Grosso do Sul se adequa aos assentamentos e se vem, de fato, contribuindo para a melhoria das condições de vida nos assentamentos rurais.

II - METODOLOGIA

O processo metodológico teve como ponto de partida a análise dos documentos e procedimentos de acompanhamento que vêm sendo utilizados pela Secretaria Executiva do Comunidade Solidária no estado, o que deu suporte à preparação do roteiro básico utilizado nas entrevistas e reuniões realizadas. A coleta de informações valeu-se de visitas *in loco*, reuniões e entrevistas abertas com os principais atores envolvidos na estratégia do Comunidade Solidária no estado: Equipe da Interlocução Estadual do Comunidade Solidária (Superintendência de Planejamento-MS), representações de órgãos federais no estado (FNS, RFAE, INCRA, DEMEC, CONAB), secretarias e órgãos estaduais, prefeituras municipais e associações de assentamentos rurais.

Cumprir esclarecer que o período disponível para a coleta de informações nos municípios e assentamentos selecionados não foi suficiente para que os representantes do IPEA e da Secretaria Executiva do Comunidade Solidária a acompanhassem junto a todos os municípios visitados. No entanto, foi essencial o apoio da EMPAER-MS que, dada a sua capilaridade, conseguiu realizar entrevistas em 11 dos 17 municípios selecionados, e em 18 assentamentos dos 24 priorizados.

IV.1 - Interlocação Estadual

A interlocação do Comunidade Solidária no estado foi designada, inicialmente, ao Secretário de Planejamento que a exerceu, com uma equipe reduzida, até o final do ano de 1995.

No início de 1996, o governo do estado realizou uma reforma administrativa que transformou a Secretaria de Planejamento em uma Superintendência vinculada à Secretaria de Finanças, Planejamento e Orçamento. Após a reforma a interlocação estadual passou, então, a ser atribuição do titular da recém-criada superintendência.

Às atribuições ordinárias da interlocação estadual, deve ser acrescentada, no caso do estado de Mato Grosso do Sul, a articulação com os os assentamentos rurais. E, se é verdade que a tarefa de articular ação de governo traz implícito um sem número de atribuições de difícil quantificação, dada a sua natureza, no estado em apreço estas são ainda maiores quando se as compara com outros estados, onde o último elo da cadeia é o município.

V - BALANÇO DAS AÇÕES REALIZADAS

A seguir apresentam-se, no Quadro II, de forma consolidada as informações das ações realizadas pelos governos federal, estadual e municipais, no âmbito da estratégia de Ações Integradas do Comunidade Solidária, no período de março de 1995 a março de 1996.

É importante esclarecer que não constam desse quadro as ações realizadas na capital - Campo Grande, já que a preocupação deste trabalho está centrada nos assentamentos. Da mesma forma, não foi considerado o montante de recursos relativo aos programas que integram o núcleo básico do Comunidade Solidária e que foi destinado a outros municípios do estado.

As informações do Quadro II estão divididas em três colunas. Na primeira, figuram as linhas de ações e os programas desenvolvidos pelos governos federal e estadual, nos municípios e assentamentos rurais selecionados. Na segunda, o montante de recursos destinado em cada uma das ações desenvolvidas.* Finalmente, a última coluna traz as informações qualitativas de cada Programa coletadas a partir das entrevistas realizadas entre os diversos atores do processo. O objetivo das informações contidas nessa coluna é fornecer alguns indicativos a respeito da importância do Comunidade para os assentamentos rurais, sua adequação, número de municípios e assentamentos beneficiados e, sobretudo, apontar se os benefícios de determinado Programa alcançaram a população dos assentamentos.

* Vale esclarecer que foram incluídas no total de recursos as contrapartidas financeiras estaduais e municipais, embora haja informações de que o governo do estado ainda não efetivou o pagamento da totalidade das contrapartidas exigidas.

Os dados disponíveis indicam que, no período de março de 1995 a março de 1996, foi destinado para os municípios e assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul um total de aproximadamente R\$ 14,2 milhões para as ações de Apoio ao Ensino Fundamental (28%), Combate à Mortalidade Infantil (18%), Desenvolvimento Rural (17%) e Alimentação (37%), no âmbito da estratégia do Comunidade Solidária.

Do total dos recursos destinados aos assentamentos, 88 % foram oriundos do governo federal, e 12 % dos estados e municípios.

QUADRO II
AÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DA ESTRATÉGIA DE AÇÕES
INTEGRADAS DO COMUNIDADE SOLIDÁRIA EM
MATO GROSSO DO SUL: Março 1995 a Março 1996

AÇÕES/PROGRAMAS	TOTAL DE RECURSOS DESTINADOS (R\$)	OBSERVAÇÕES
<hr/>		
1. APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL		
<hr/>		
1.1. Cesta do Aluno/ Professor/Escola	1.086.713	O Programa beneficiou as populações dos assentamentos rurais. Na ausência de escolas nos assentamentos os materiais foram destinados às unidades escolares mais próximas.
<hr/>		
1.2. Transporte Escolar	1.449.000	A aquisição de transporte escolar pelo município beneficia diretamente a população dos assentamentos. É considerado fundamental o Programa; no entanto, é opinião geral que os recursos destinados não foram suficientes para atender a demanda, uma vez que a maioria dos assentamentos não tem escolas e o deslocamento dos alunos ocorre a longas distâncias.

(Continua)

(Continuação)

1.3. TV Escola - FAE/MEC	375.000	As ações do Programa beneficiaram indiretamente a população dos assentados, uma vez que, na ausência de escola nos assentamentos, o Programa priorizou aquelas mais próximas.
1.4. Educação Infantil - DEMEC/MEC	650.688	Esse Programa beneficiou 12 municípios selecionados, dos quais 2 não construíram ou ampliaram escolas nos assentamentos. É considerado um dos programas mais importantes, tendo em vista que a maioria dos assentamentos não possui escolas.
1.5. Reconstrução de Galpão e de Escola - INCRA (80%)/TERRASUL-MS (20%)	37.000	Ação desenvolvida pelo INCRA em parceria com a TERRASUL-MS em assentamento rural, sem participação da prefeitura municipal. Beneficia apenas 1 município e 1 assentamento rural.
1.6. Construção e Ampliação de Escolas - INCRA (80%)/TERRASUL-MS (20%)	303.562	Ação desenvolvida pelo INCRA em parceria com a TERRASUL-MS, beneficiando diretamente assentamentos rurais em 5 municípios do Comunidade Solidária, com a construção de 18 salas de aulas.
SUBTOTAL	3.868.663	
2. COMBATE À MORTALIDADE INFANTIL		
2.1. Programa de Combate à Desnutrição - INAN/MS	274.880	Apesar de ser considerado um programa importante, beneficia apenas parcialmente os assentados, pela sua difícil operacionalização nos assentamentos, já que a maioria não possui posto de saúde e pessoal qualificado para realizar os procedimentos de acompanhamento da desnutrição exigidos pelo Programa.

(Continua)

(Continuação)

2.2. Perfuração de Poços e Instalação de Módulos Sanitários, Controle de Qualidade da Água e Melhorias Habitacionais no Controle da doença de Chagas - MS/FNS	1.464.607	Foram destinados recursos para perfuração de poços nos assentamentos rurais de 11 dos 24 municípios selecionados, promovidas melhorias habitacionais nos assentamentos de 5 municípios selecionados e realizadas melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas nos assentamentos de todos os municípios selecionados. Foi considerada uma ação básica aos assentamentos, sendo necessária sua ampliação e continuidade.
2.3. Construção de Poços Artesianos - INCRA (80%)/TERRASUL - MS(20%)	316.600	Atividade realizada diretamente pelo INCRA em conjunto com o Instituto de Terras do Estado. Beneficia exclusivamente os assentamentos, não havendo a participação da prefeitura municipal. Foram destinados recursos para a construção de 4 poços artesianos, contemplando 4 municípios e 4 assentamentos.
2.4. Construção de Unidades de Postos de Saúde - INCRA (80%)/TERRASUL-MS (20%)	118.410	Recursos para a construção de 3 postos de saúde, beneficiando diretamente a população de 3 assentamentos em 3 municípios. É considerado uma necessidade básica nos assentamentos. Trata-se de uma ação realizada pelo INCRA em conjunto com a TERRASUL-MS, sem a participação da prefeitura municipal.
2.5. Distribuição de Rede de Água - INCRA (80%)/TERRASUL-MS (20%)	360.026	Recursos para a implantação de 37 km de rede de abastecimento de água para 6 dos municípios selecionados com o benefício direto para a população dos assentamentos. Sem informação a respeito do estágio das obras. Atividade sem a participação da prefeitura municipal.
SUBTOTAL	2.534.523	

(Continua)

(Continuação)

3. DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1. Distribuição de Sementes (arroz, feijão e milho) MA/SDR/ EMBRAPA/EMPAER-MS	140.002	Foram distribuídas, aproximadamente, 112 t de sementes de milho, arroz e feijão para os assentamentos rurais dos 24 municípios selecionados, sendo o excedente redirecionado para acampamentos e aldeias indígenas. Essa distribuição foi uma ação altamente relevante, tendo sido solicitada sua continuidade.
3.2. Programa de Desenvolvimento Energético para Estados e Municípios - PRODEEM/MME	1.027.082	É um programa de fornecimento de energia alternativa (energia solar) do Ministério das Minas e Energia. Contemplou 10 municípios do Comunidade Solidária, beneficiando diretamente a população dos assentamentos (obras em andamento). É considerado muito importante para o desenvolvimento das comunidades dos assentamentos, sendo reconhecida a necessidade de sua ampliação.
3.3. Energia Elétrica - ENERSUL/MS	896.029	Recursos oriundos da Companhia de Energia Elétrica do Mato Grosso do Sul destinados ao rebaixamento da rede de distribuição de energia elétrica, beneficiando 3 municípios e assentamentos do Comunidade Solidária. Há a necessidade de ampliar as ações para os demais assentamentos.
3.4. Ampliação de Linha de Rede Elétrica - INCRA (80%)/TERRASUL-MS (20%)	171.440	Ação do INCRA em conjunto com a TERRASUL-MS, beneficiando 2 municípios e 2 assentamentos selecionados.
3.5. Manutenção e Recuperação de Estradas - INCRA (80%) /Municípios (20%)	235.411	Ação do INCRA em conjunto com prefeituras, beneficiando 4 assentamentos em 2 municípios selecionados.
SUBTOTAL	2.469.964	

4. ALIMENTAÇÃO

(Continua)

(Continuação)

4.1. Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos - PRO-DEA/CONAB/MA	10.346 [Cestas de Alimentos (*)]	Este Programa distribui cestas de alimentos oriundos dos estoques reguladores da CONAB. Foram contempladas todas as famílias dos assentamentos rurais. É considerado um programa relevante, no entanto há ressalvas entre os próprios assentados em relação à sua distribuição generalizada nos assentamentos.
4.2. Programa de Alimentação Escolar	5.297.300	Entre os municípios selecionados apenas 1 recebe os recursos para a merenda escolar de forma descentralizada. É importante ampliar o processo de descentralização do Programa como forma de fortalecer a produção dos assentamentos.
SUBTOTAL	5.297.300	
TOTAL	14.203.730	

(*) Estavam previstas três etapas de Distribuição de Alimentos. Entretanto, problemas na operacionalização do Programa por parte do INCRA no estado resultaram em que fossem realizadas apenas duas etapas até março de 1996.

VI - O COMUNIDADE SOLIDÁRIA NOS ASSENTAMENTOS NA VISÃO DOS DIVERSOS ATORES

VI.1 - Interlocação Estadual, Órgãos e Secretarias Estaduais, Órgãos Federais com Representação no estado e Ação da Cidadania

Fez parte do roteiro de entrevistas ouvir as opiniões dos principais gestores do Programa no estado sobre a estratégia do Comunidade Solidária nos assentamentos.

A entrevista baseou-se em um roteiro de perguntas, cuja principal preocupação foi identificar as dificuldades mais graves na implementação da estratégia e suas potencialidades, bem como apreender os aspectos relativos à dinâmica de articulação entre a interlocação estadual e os órgãos implementadores dos programas, a sociedade civil, as prefeituras municipais e os assentamentos rurais.

Pelas respostas obtidas, observa-se que a articulação com os diversos órgãos públicos no estado vem se realizando de forma satisfatória, sobretudo se consideradas as dificuldades do processo, aí incluídas a Reforma Administrativa e a escassez de recursos do governo estadual, por exemplo.

No entanto, há o reconhecimento de que é necessário melhorar o fluxo de informações no estado e dos órgãos federais para os estaduais, como forma de aprimorar o processo de articulação.

No que diz respeito à articulação com as prefeituras municipais para realização do objetivo último de atuação conjunta nos assentamentos, a principal dificuldade apontada refere-se às resistências, por parte dos prefeitos, em operarem o Comunidade Solidária exclusivamente nos assentamentos. Em função disso, a interlocução estadual tem realizado gestões para que as ações implementadas pelo Comunidade beneficiem também as áreas mais pobres dos municípios.

O acompanhamento das ações nos municípios e nos assentamentos é ainda incipiente e tem ocorrido de forma pontual, dependendo da necessidade de cada órgão em interagir com determinado município. A realização do acompanhamento mais direto nos municípios e assentamentos esbarra em duas principais dificuldades: a) os assentamentos rurais localizam-se a grandes distâncias das sedes municipais, com acesso rodoviário muito precário; e b) é reduzida a estrutura de recursos humanos e físicos (veículos, entre outros) disponível para a concretização dessas atribuições.

Como forma de superar tais empecilhos, a interlocução estadual vem estudando meios de implementação de parcerias com a EMPAER-MS, e de ampliação das funções das comissões do PRODEA, existentes em todos os municípios do Comunidade Solidária, com vistas ao acompanhamento das ações nos assentamentos.

A articulação com a sociedade civil não conta ainda, no âmbito do estado, com mecanismos formais de articulação e consulta, havendo clareza, por parte da interlocução, de que é imperativa a expansão do envolvimento da sociedade civil no Programa, principalmente dos beneficiários.

Quanto à pertinência da estratégia do Comunidade Solidária no fortalecimento dos assentamentos rurais e à adequação dos programas implementados, as opiniões são de que a estratégia está propiciando a integração entre os órgãos, acreditando ser este o único caminho para sanar as atuais dificuldades de escassez generalizada de recursos físicos, humanos e financeiros.

Os programas implementados devem sofrer ampliação de sua cobertura, com a conseqüente elevação dos recursos, reconhecendo que todas as ações implementadas são altamente relevantes para o desenvolvimento dos assentamentos rurais.

VI.2 - Prefeitos Municipais

Com a contribuição da EMPAER-MS foram realizadas entrevistas com 11 dos 17 prefeitos dos municípios selecionados pelo Comunidade Solidária no estado. As entrevistas obedeceram a um roteiro de perguntas que buscou colher informações relativas aos seguintes aspectos: a) grau de conhecimento da proposta; b) adesões à proposta de direcionamento das ações para os assentamentos; c) interação da prefeitura com a interlocução estadual do Comunidade Solidária; d) esforço, por parte da prefeitura, na implementação de outros programas nos assentamentos; e) interação da prefeitura com a população de assentados; f) dificuldades encontradas no desenvolvimento das ações nos assentamentos; g) efetividade dos programas; e h) benefício do Comunidade às populações assentadas.

Apresentam-se, a seguir, os principais resultados das entrevistas:

a) Conhecimento da Proposta e da Estratégia do Comunidade Solidária:

Dos prefeitos entrevistados, oito (8) declararam conhecimento da proposta e a qualificaram como boa. Entretanto, dois (2) desses prefeitos propuseram algumas modificações. Dos três (3) prefeitos restantes, um criticou a proposta, outro declarou desconhecer-la e o outro apresentou resposta muito frágil, de difícil avaliação.

b) Direcionamento das Ações do Comunidade Solidária nos Assentamentos:

Dois (2) prefeitos responderam que as ações do Comunidade Solidária deveriam ser direcionadas em função das necessidades de cada assentamento; três (3) responderam que as ações não deveriam ser exclusivas aos assentamentos, devendo beneficiar outras comunidades carentes dos municípios; dois (2) alegaram desconhecer a proposta de exclusividade das ações para os assentamentos; um (1) acha que as ações do Comunidade Solidária deveriam se voltar para o fomento da produção agrícola nos assentamentos; dois (2) disseram que as ações do Comunidade nos assentamentos não suprem as necessidades e não são definidas em função das prioridades; e um (1) disse que o direcionamento das ações aos assentamentos é eficaz.

c) Relacionamento da Prefeitura com os Assentados:

Sete (7) prefeitos responderam que o relacionamento é bom e, dentre esses, cinco (5) declararam realizar parcerias com as associações dos assentados; um (1) respondeu que o relacionamento é ótimo; dois (2) responderam que o relacionamento era de atendimento às demandas; e um (1) apresentou resposta sem condições de avaliação.

d) Relacionamento com a Interlocução Estadual:

Seis (6) responderam que o relacionamento é normal e de parceria; um (1) respondeu que é ótimo; um (1) disse que desconhecia a interlocução; um (1) disse que o relacionamento deverá evoluir; um (1) declarou que o relacionamento existe, mas é escasso; e um (1) não respondeu.

e) Implementação de outros Programas e Ações pela Prefeitura nos Assentamentos:

Dos onze (11) prefeitos entrevistados, um (1) respondeu que não implementou outros programas nos assentamentos, e outro não respondeu. O restante dos prefeitos (9) disse que implementou outros programas, citando principalmente programas de saúde, fomento agropecuário, assistência técnica às associações dos assentados, pavimentação de ruas e conservação de estradas.

f) Dificuldades Encontradas pelas Prefeituras no Desenvolvimento das Ações do Comunidade Solidária nos Assentamentos:

Seis (6) prefeitos responderam não haver nenhuma dificuldade; um (1) não respondeu; e quatro (4) responderam haver dificuldades, citando como principais o fato de as estatísticas subestimarem a pobreza nos municípios, a falta de credibilidade do Comunidade e a escassez de recursos.

g) Adaptação dos Programas do Comunidade Solidária às Necessidades dos Assentamentos:

Nove (9) prefeitos responderam que os programas atendem às necessidades, sendo que cinco (5) destes declararam que o atendimento é parcial; um (1) respondeu que não atende; e um (1) não respondeu.

h) Alcance das Ações dos Programas do Comunidade Solidária à População dos Assentamentos:

Sete (7) prefeitos responderam sim; três (3) responderam que beneficiaram parcialmente; e um (1) não respondeu.

VI.3 - Assentados

Também com a colaboração da EMPAER - MS foram realizadas entrevistas nas associações de assentamentos selecionados com o objetivo de avaliar os seguintes aspectos: a) conhecimento do Comunidade Solidária por parte dos assentados; b) conhecimento dos programas integrantes; c) adequação dos programas implementados às necessidades das populações dos assentamentos; d) outros programas que gostariam que fossem implementados; e) benefícios trazidos pelos programas implementados; f) existência de articulação entre os assentados, prefeitura municipal e governo estadual; g) dificuldade quanto ao acesso aos programas públicos existentes; e h) sugestões para o aprimoramento da estratégia do Comunidade Solidária nos assentamentos.

A seguir apresentam-se os principais resultados das entrevistas realizadas:

a) Conhecimento do Comunidade Solidária:

Dos 18 representantes de assentamentos entrevistados, 10 responderam que conheciam o Comunidade. No entanto, entre os que responderam que conheciam, apenas um (1) justificou a resposta. Seis (6) responderam que conheciam parcialmente, apresentando uma pequena justificativa, e um (1) declarou conhecê-lo muito pouco.

b) Conhecimento dos Programas Integrantes:

Um (1) entrevistado respondeu que conhecia os programas; cinco (5) demonstraram conhecer parcialmente os programas, citando o PRODEA e o Transporte Escolar, e doze (12) declararam que não conhecem ou que conhecem muito pouco.

Entre os que declararam conhecer os programas integrantes, apenas cinco (5) apresentaram justificativas às suas respostas.

c) Adequação dos Programas às Necessidades dos Assentados:

As respostas a essa questão foram desqualificadas, uma vez que a maioria dos entrevistados desconhece os programas.

d) Programas e Ações que os Assentados Gostariam que Fossem Implementados nos Assentamentos:

Entre os itens mencionados destacam-se: nove (9) citações para a demanda por água nos assentamentos, sete (7) citações para correção de solo, construção de postos de saúde e construção de estradas, seis (6) para energia elétrica, e quatro (4) para construção de escolas, habitações e apoio à produção.

e) Benefícios Trazidos pelos Programas Implementados:

Os entrevistados destacaram, entre os benefícios citados, aqueles ligados à distribuição das cestas básicas, com a diminuição da fome, e o aumento do número de crianças estudando, reportando-se aos programas de Transporte Escolar e Construção e Ampliação de Pré-Escolas nos assentamentos.

f) Articulação entre os Assentados, Prefeitura Municipal e a Interlocução Estadual:

Nove (9) dos entrevistados responderam haver pouca ou nenhuma articulação com o governo estadual e a prefeitura municipal; o restante respondeu que a articulação com o município ocorre através de reuniões com as associações dos assentados, e o contato com o governo do estado se dá por intermédio do órgão de Extensão Rural - EMPAER - MS.

g) Dificuldades Enfrentadas em Relação ao Acesso dos Programas Públicos Existentes:

As principais dificuldades citadas foram a pouca divulgação e informação sobre os programas, e a não participação dos assentados nas comissões municipais.

h) Sugestões para o Aprimoramento da Estratégia do Comunidade Solidária nos Assentamentos:

Houve nove (9) citações para que as ações sejam desenvolvidas de forma descentralizada e de acordo com a realidade de cada assentamento; 4 (quatro) sugestões para melhoria da qualidade das cestas de alimentos; (4) quatro para implementação de programas de habitação e infra-estrutura; e (2) duas sugestões para criação de conselhos compostos exclusivamente pelos assentados e para melhoria da divulgação das ações do Comunidade.

VII - CONCLUSÕES

Foi salientado, no início deste documento, que as informações disponíveis e o curto período de experimentação da estratégia do Comunidade Solidária no estado não permitem, ainda, uma avaliação conclusiva a respeito da sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida nos assentamentos rurais.

Apesar disso, é possível, desde já, apreender alguns elementos que indicam a validade da estratégia, suas dificuldades de operacionalização e o que demanda ser fortalecido ou corrigido.

A estratégia de Ações Integradas do Comunidade Solidária, conforme já explicitado, envolve o governo federal, o governo estadual, as prefeituras municipais e a sociedade civil. No estado do Mato Grosso do Sul, acrescentou-se um elemento a mais: os assentamentos rurais.

Sob a ótica da harmonização e integração das ações, nota-se que no desenvolvimento dos programas elencados houve um esforço da parceria e convergência entre os diferentes órgãos federais, o governo estadual e as prefeituras. Destacam-se, como exemplos, o empenho do governo do estado em prover recursos para energia elétrica nos assentamentos e na implantação de unidades demonstrativas de produção agrícola, e, da parte do INCRA, em direcionar ações em conjunto com a TERRASUL-MS para os assentamentos selecionados.

Diante do exposto, pode-se dizer que a estratégia do Comunidade Solidária permite direcionar de forma agregada ações multissetoriais com envolvimento das diversas esferas públicas e da sociedade.

Por outro lado, sob a ótica da erradicação da pobreza e fomento do desenvolvimento sustentado dos assentamentos rurais, muito há que se caminhar. É indiscutível a pertinência das ações que integram o Comuni-

dade Solidária - Apoio ao Ensino Fundamental, Combate à Mortalidade Infantil, Desenvolvimento Rural e Alimentação - nas causas da pobreza. No entanto, o acerto na seleção das ações e na escolha da estratégia a ser implementada não garantem por si só a erradicação da miséria. É necessário dotar a estratégia de maior montante de recursos e ampliar seu elenco de programas para aumentar seu alcance e garantir sua eficácia.

Finalmente, as informações contidas neste documento demonstram a validade da estratégia do Comunidade Solidária nos assentamentos rurais. Não obstante, há que se considerar as dificuldades inerentes à sua implementação, uma vez que foi idealizada para ser desenvolvida com a estrutura administrativa municipal, que não é a instância que tradicionalmente vem trabalhando com os assentamentos.

VIII - RECOMENDAÇÕES

1. Segundo a opinião de prefeitos e representantes dos assentados entrevistados, há uma enorme carência nos assentamentos rurais de ações mais direcionadas ao apoio à produção, garantindo-se a geração de ocupação e renda. Nesse sentido, reconhecem haver uma lacuna nas ações que integram o Comunidade Solidária. Essa lacuna pode vir a ser suprida pelo recém-lançado Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF - do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Há, entretanto, necessidade de inserir entre as prioridades do PRONAF os assentamentos rurais, para que sejam de fato beneficiados pelo Programa.

2. Pelos resultados das entrevistas realizadas, ficou clara a necessidade de o governo federal realizar uma melhor divulgação do Comunidade Solidária nos estados, com vistas a ampliar as parcerias e lograr melhores resultados de suas ações.

3. Para o aprimoramento da estratégia nos estados é fundamental a implantação, o mais breve possível, do Sistema de Acompanhamento da Secretaria Executiva, já em discussão com os interlocutores estaduais.

4. Para estender a estratégia nos assentamentos rurais é imprescindível a adesão dos prefeitos, o que requer um esforço redobrado e permanente da interlocução estadual e demais parceiros.

5. Evidencia-se ainda a necessidade de fortalecer a interlocução estadual do Comunidade Solidária, dotando-a de recursos físicos e humanos para aumentar a efetividade de suas ações de acompanhamento e articulação no âmbito do estado, bem como aumentar o poder de ressonância de suas ações nos municípios.

6. É fundamental, por último, que a sociedade civil no estado de Mato Grosso do Sul busque sua participação, e envie esforços para a criação de novos espaços de parceria, com o objetivo de contribuir no controle público dos programas implementados. Para tanto, é também muito importante que o próprio governo do estado garanta mecanismos de participação da sociedade.

